

PRÉ-ENE MARANHÃO

Tema: POR UM PROJETO CLASSISTA E DEMOCRÁTICO DE EDUCAÇÃO

Dias 23 e 24 de novembro de 2018

Rumo Ao



DOCUMENTO FINAL



O Encontro Preparatório para o III Encontro Nacional de Educação (Pré-Ene) do estado do Maranhão ocorreu nos dias 23 e 24 de novembro, sob a organização de um conjunto de entidades sindicais e movimentos sociais com atuação no campo educacional que defendem um projeto de educação democrático e classista: APRUMA, SINASEFE Seção Monte Castelo, CIMI-MA, SINDEDUCAÇÃO, MST-MA, SINPROESSEMA, ABEM, SINTEMA, HISTEDBr-MA.

O Pré-Ene foi antecedido por três mesas redondas com o objetivo de mobilização/preparação, realizadas entre os meses de setembro e outubro que abordaram temas fundamentais para a educação pública na atual conjuntura, que foram: “Financiamento da educação no Brasil: cenário pós golpe de 2016”, “O direito a creches e a condição feminina” e “Educação do Campo, indígena e quilombola.” Realizadas, respectivamente, na UFMA campus Bacanga/São Luís, IFMA campus Centro Histórico/São Luís e UFMA campus Imperatriz.

Ainda como forma de mobilização/preparação foi construído um site www.pre-ene.org (ainda em vigor para mobilizar para o ENE) para disponibilizar os vídeos das mesas, além de textos e entrevistas relacionadas às ações desenvolvidas.

O Pré-Ene teve como atividades uma Mesa Redonda sobre o tema do ENE “Por um projeto classista e democrático de educação”, oito Grupos de Trabalhos e Plenária Final. O Documento Final do Pré-ENE/Maranhão contém a síntese dos debates realizados nos GTs, as propostas e estratégias de enfrentamento para a construção do Projeto classista e democrático de educação e encaminhamentos para a realização do III-ENE, em Brasília, de 12 a 14 de abril de 2019.

Participaram do encontro 55 pessoas, representando diversas entidades:

1	ACILDO LEITE DA SILVA	DEP. EDUCAÇÃO/UFMA
2	ALDENIR GOMES DA SILVA	MST
3	ANA BEATRIZ OLIVEIRA COELHO	IFMA
4	ANA CAROLINA GESVALDO	IFMA
5	ANA CAROLINA P. SOUSA	UFMA
6	ANA PAULA DE A. MARTINS	SEMED – SÃO LUÍS
7	ANA PAULA RIBEIRO	HISTEDBR-MA
8	ANTONIA MATIAS LIRA DE MEIRELES	SEDUC-ST. INÊS
9	ALEX SANTOS DIAS	IFMA
10	CACILDA RODRIGUES CAVALCANTI	GTPE-APRUMA

11	CARLOS ANDRE SOUSA DUBLANTE	DEP. EDUCAÇÃO/UFMA
12	CÉLIA SOARES MARTINS	CRESS-MA
13	DENISE BESSA LEDA	GTPE-APRUMA
14	ELIANE MARIA PINTO PEDROSA	IFMA
15	ELIZABETE PESSANHA SILVA	COLUN/UFMA
16	ELIZABETH RIBEIRO C. BRANCO	SINDEDUCAÇÃO
17	ELONE SOEIRO BARROS	UFMA
18	ESTER NAYARA DA S. MOURA	UFMA
19	FABÍOLA FERNANDA DOMINICI SAMPAIO	IFMA
20	FRANCISCO VALBERTO DOS S. NETO	UFMA
21	GILVAN AZEVEDO DOS SANTOS	IFMA
22	GISLAINE NATÁLIA MENDES DA SILVA	IFMA
23	IAGO HENRIQUE	IFMA
24	JOSEFA BATISTA LOPES	APRUMA
25	LAIANE DOS SANTOS SILVA	CIMI
26	LENILDE DE ALENCAR ARAUJO	MST
27	LETÍCIA DE SOUSA ALVES	MST
28	LÍCIA C. A. DA HORA	IFMA
29	LUCILENE GUIMARÃES	IFMA
30	LUIZ ALVES FERREIRA	APRUMA
31	MARCELINO CUTRIM	STE-PAÇO DO LUMIAR
32	MARIA ALZERINA CARNEIRO MONTELO	MST
33	MARIA CELESTE M. BATALHA	MOV. SOCIAL
34	MARIA DA CONCEIÇÃO LOBATO MUNIZ	COLUN/UFMA
35	MARIA DA GRAÇA ARAÚJO BARROS	
36	MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA	MOV. SOCIAL
37	MARIA DALVA LIMA LOPES	SEMED
38	MARIA DOLORES SILVA	ABEM
39	MARIA TEREZA LYRA LOPES	COLUN/UFMA
40	MARIANA LEI BALSALOBRE	COLUN/UFMA
41	MARISE MARÇALINA DE CASTRO SILVA ROSA	DE I /UFMA
42	NAIANE CARNEIRO MONTELO	MST
43	REGINA SHEILA BORDALO MARTINS	REDEETADUALE MUNICIPAL
44	RAIMUNDO RAMOS MARINHO	UFMA

45	ROSANA DE JESUS DINIZ SANTOS	CIMI
46	ROSANE DE SOUSA MIRANDA	GTPE/UFMA
47	ROZANA ELRES FIGUEIREDO	GTPE/APRUMA
48	RUY BARBOSA LIMA FRANÇA	SINASEFE MONTE CASTELO
49	SANDRA MARIA B. A. MELO	UFMA
50	SANDRARINA CRISTINA CHAGAS NUNES	IFMA
51	SAMARA OLIVEIRA	UFMA
52	SORAIA DE OLIVEIRA SILVA	UFMA
53	THAIS ANDREA CARVALHO DE FIGUEIREDO LOPES	HISTEDBR-MA
54	VITÓRIA DO LAGO NASCIMENTO	UFMA
55	WILLIAN COSTA ROSA	GEPPEF

SÍNTESE E PROPOSTAS DOS GTS

EIXO 1 - Conhecimento, Currículo e Avaliação

As escolas brasileiras, em conformidade com o que define a LDB nº 9.394/1996, têm autonomia para propor e executar suas propostas pedagógicas, o que significa que as definições do currículo e das formas de avaliação da aprendizagem devem ser, principalmente, objeto da ação da escola e dos profissionais da educação. Porém, nos últimos anos, o governo federal, articulado ao setor privado, ao terceiro setor e a entidades representativas de secretarias municipais e estaduais de educação tem proposto uma Base Nacional Curricular Comum que alinha a educação básica ao projeto educativo do capital e aos parâmetros de avaliação em larga escala e dificulta um projeto de educação emancipatória pensado a partir da escola e seus sujeitos. O projeto do capital reduz o conhecimento mediante currículos que focam na domesticação para o trabalho e a alienação, reduzindo ou impossibilitando a capacidade crítica reflexiva. **O currículo tem significado cultural e social por isso deve ser definido com ampla participação social, em especial dos profissionais da educação, que enfrentam cotidianamente as problemáticas e desafios da aprendizagem na escola.** A avaliação em larga escala desenvolvida nas duas últimas décadas tem como referência parâmetros definidos por organismos internacionais, a exemplo da OCDE e tem servido mais como instrumento de *rankeamento* das escolas, estimulando a competição e a política de responsabilização do que como instrumento para diagnosticar as dificuldades de aprendizagem e definir uma

política que garanta, de fato, a aprendizagem de todos com o desenvolvimento de visão crítica da sociedade. **Na perspectiva de um projeto educativo democrático e classista, o currículo escolar deve garantir o acesso aos conhecimentos historicamente construídos pela humanidade, de forma crítica, interdisciplinar e atualizada. O currículo escolar defendido pela classe trabalhadora organizada deve se articular com a realidade social, local e global, considerando as especificidades da diversidade cultural, étnica e territorial que demarcam a sociedade brasileira, bem como fornecer elementos para uma compreensão das contradições e das condições econômicas e sociais que configuram as relações de poder e que determinam as classes e desigualdades sociais.** Assim, o currículo deve valorizar a ciência, a tecnologia, o trabalho, a cultura e a realidade em que a escola se insere, levando em consideração os atores sociais partícipes desse processo (professores, gestores, alunos). Precisamos de educação emancipatória que respeite as diversidades, que considere a cultura da região e que seja inclusiva. **As organizações e movimentos da classe trabalhadora defendem uma escola como lugar de apropriação de saberes, espaço de multiculturas, não sendo espaço de imposição de um único conhecimento e de uma única visão de mundo.** As entidades que lutam em defesa da educação pública, laica, gratuita e de qualidade social defendem uma educação engajada social e politicamente em seu tempo e seu contexto. Portanto, devemos nos posicionar **política e ideologicamente contra o Projeto Escola sem Partido que pressupõe uma pseudoneutralidade ao currículo escolar, cujo real objetivo é o de controle sociopolítico dos professores e de formação de uma geração facilmente manipulável pelos que detém a direção da sociedade.**

Assim, diante da conjuntura atual, afirma-se a necessidade de lutar por uma educação crítica, emancipatória e democrática, tendo como estratégias principais:

- Organizar uma agenda de estudo e ações político-pedagógicas acerca da BNCC, para avaliar seus fundamentos, impactos e implicações para o projeto de educação democrática e classista, de modo a construir uma análise crítica da mesma;
- Desenvolver estudos e debates aprofundados sobre as avaliações de desempenho em larga escala, a fim de fundamentar a posição do movimento sindical e dos movimentos sociais que atuam na defesa da educação pública;
- Participar ativamente das ações contra o Projeto Escola Sem Partido no âmbito local, estadual e nacional.
- Participar ativamente do processo de construção de propostas curriculares das escolas, afirmando a defesa da inclusão das disciplinas de história, Artes, Filosofia,

Sociologia e do estudo das relações de gênero, da diversidade étnico-racial, de educação sexual, entre outros temas que englobam a diversidade.

- Lutar contra a reforma do ensino médio proposta pelo governo Temer, focada apenas no currículo e que aprofunda a dualidade dessa etapa do ensino, ajustando-a aos imperativos do mercado e à estrutura de classes da sociedade capitalista.

EIXO 2 - Financiamento da educação

A política de financiamento da educação no Brasil tem como fontes principais a receita de impostos, o salário-educação e os royalties de petróleo. Esses recursos são repartidos entre os entes federados, observando-se uma grande assimetria entre as responsabilidades de oferta da educação básica e os recursos disponíveis por cada ente federado para assumir tais responsabilidades. Assim, a assistência da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios apresenta-se como uma condição necessária para a garantia da equidade e da qualidade da oferta educacional. No ano de 2017, os Municípios tiveram uma receita tributária equivalente a 2,28% do PIB enquanto a receita do governo federal foi equivalente a 21,42% do PIB (CNM, 2018). No entanto, os municípios possuem a maior matrícula da educação básica e os maiores desafios para a garantia da universalização e a melhoria da qualidade da oferta educacional. A garantia de recursos financeiros é condição fundamental para a garantia da educação pública com qualidade. Nas duas últimas décadas, os movimentos sociais e sindicais estabeleceram lutas pela ampliação e melhoria da gestão dos recursos da educação pública, resultando em algumas conquistas fundamentais para o avanço no financiamento da educação pública, sendo as principais: a instituição do Fundeb com uma complementação mais proeminente da União; a meta de aplicar um montante de recursos equivalentes a 10% do PIB em educação; a aprovação da Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, que destina 75% dos recursos provenientes da exploração do pré-sal exclusivamente para a educação pública; a inserção do Custo Aluno Inicial como estratégia para o alcance da meta 20 do PNE (10% do PIB).

No estado do Maranhão, o Fundeb tem se constituído o principal mecanismo de garantia de recursos financeiros para a garantia da educação, uma vez que a receita tributária dos municípios tem se mostrado insuficiente para a ampliação e melhoria da oferta da educação básica. Dessa forma, **os municípios maranhenses se encontram entre os que mais recebem complementação da União ao Fundeb, bem como recursos dos demais programas de assistência financeira do Governo Federal. O corte de recursos**

financeiros nas ações de assistência voluntária da União ocorridos nos últimos dois anos afetam diretamente os municípios maranhenses, o que pode ser observado em diversas obras de construção de escolas paradas.

Os impactos negativos da EC nº 95, que congelou os investimentos em educação por 20 anos, já se fazem presente no cenário educacional brasileiro, com impacto no Fundeb, cujo valor/aluno base de 2017 foi menor que o de 2016, e nas demais ações de assistência federal, que passaram de 43 programas que vinham sendo desenvolvidos para apenas 17 nos dois últimos anos.

Assim, grandes questões ainda se apresentam como desafiadoras e devem constituir objeto de lutas dos movimentos organizados da classe trabalhadora na perspectiva de um projeto classista e democrático, destacando-se a necessária garantia de **ampliação dos recursos e sua destinação exclusivamente para a educação pública.**

O setor privado tem se apropriado de parte significativa dos recursos da educação. Registre-se que, de acordo com informações do relatório de gestão do FNDE, no ano de 2017, 17,75 bilhões foram destinados ao FIES e R\$ 67,47 milhões foram destinados aos Serviços Nacionais de Aprendizagem, por meio do Pronatec.

Assim, diante da atual conjuntura, propõe-se a seguinte agenda de luta no campo do financiamento da educação:

- Manter a luta pelos 10% PIB estabelecidos no PNE, com a defesa da destinação dos recursos públicos exclusivamente para a educação pública, contrapondo-se ao projeto de privatização e mercantilização da educação e da gestão empresarial da educação pública.

- Manter a luta pela revogação da EC 95, com definições de estratégias de luta junto ao legislativo

- Ampliar a luta pela implementação do CAQi;

- Lutar por novos impostos como IGF e o aumento de alíquotas de impostos já existentes – ITR e o ICMD, cuja receita está vinculada à educação.

- Aumentar a participação da União no financiamento da educação, em especial, na assistência legal e voluntária aos estados e municípios, de modo a manter programas fundamentais para a melhoria da qualidade, com atualização de valores compatíveis com a garantia das condições de qualidade da oferta da educação;

- Trabalhar no aprimoramento dos sistemas de transparência, de modo a possibilitar a ampliação e o aperfeiçoamento das ações de controle social dos recursos da educação;
- Instituir uma Rede colaborativa de pesquisa e estudos sobre financiamento da educação no Brasil, com uma plataforma de dados e divulgação de ações e oferta de cursos de formação para profissionais da educação e comunidade;
- Colocar a defesa da educação pública como pauta da agenda de luta de todos os movimentos sociais e sindicais do campo e da cidade;
- Lutar pela equiparação salarial dos professores aos demais profissionais de mesmo nível de formação;
- Defender a permanência e a ampliação do Fundeb para um fundo nacional, garantindo uma complementação mais proeminente da União e valor/aluno mais adequado aos custos conforme as etapas, modalidades e situações de específicas de oferta.

EIXO 3 – Formação de trabalhadores da educação

A política de formação de professores no Brasil não contribui de forma efetiva para a formação de um docente que se identifique enquanto trabalhador, ou seja, tem sido preponderantemente aligeirada e esvaziada de formação política. Esta não se faz pensando no professor como trabalhador, mas, em geral, como um missionário, um sacerdote. Como consequência, perde-se a identidade de classe, perde-se o olhar para a luta coletiva, uma vez que a ação missionária e sacerdotal tem um caráter individualizado, e com um percurso diferenciado da do trabalhador da educação. Assim, ao perder o olhar para a luta coletiva, perde-se também a capacidade de resistir coletivamente expressa na dificuldade de aglutinação dos trabalhadores da educação para o enfrentamento dos ataques sofridos pela classe docente. Além disso, **observa-se na atual conjuntura uma campanha de desmoralização do professor e de ataques que vêm sendo proferidos contra a educação e os professores, concretizados de forma contundente no projeto Escola Sem Partido, que significa a ingerência, o determinismo, a retirada da autonomia e da fala do professor.**

Este momento, em que o próprio ofício do trabalhador docente é questionado, constitui-se a hora propícia e singular de construção de pautas estratégicas que sinalizem

principalmente a tomada de posição e ação, diminuindo a postura simplesmente acuada, reativa, que não planeja e não estuda seus movimentos. O quadro conjuntural que se delineia no horizonte não nos permite mais dar passos aleatórios.

A extrema direita que avança e avoluma sua ação está determinada a desconstruir conquistas de muitas lutas. Eles sabem exatamente o que querem desconstruir, o que precisa ser silenciado, o que precisa ser censurado. Nós sabemos, temos consciência de nossas conquistas, do que deve ser priorizado na luta? A consciência do que precisa ser construído e mantido para a classe trabalhadora brasileira passa necessariamente pela formação do trabalhador docente. Quando a liberdade de pensamento e de expressão do trabalhador passam a ser ameaçadas, dentro do seu “espaço natural” de trabalho, torna-se urgente a perspectiva da construção de espaços de resistência, bem como de espaços de afeto e de acolhimento. O quadro de disputas que está posto nos convida a lembrar Gramsci: “pessimismo da inteligência, otimismo das ações”. Sem planejamento estratégico, visão da conjuntura e ações coordenadas nos diversos segmentos de organização popular, ficaremos apenas como reféns do governo que se avizinha.

Como proposta para pensar possibilidades de superação da realidade posta, o GT levanta as seguintes questões para reflexão: Como podemos ver tudo isso do ponto de vista da formação? Que formação nós queremos ter e precisamos para que sejamos canais de desconstrução do que está posto? Quais são as orientações teórico-metodológicas dos profissionais da educação? Quem somos? Qual a identidade do Trabalhador da Educação? Conseguimos ler a realidade a partir da ótica de classe? Como resolver as questões hierárquicas existentes entre professores que atuam nas esferas federais, estaduais e municipais? Qual a reação organizada e qualificada dos sindicatos e movimentos sociais, e quais são as nossas frentes de luta? Na nossa atuação profissional, que tipo de sala de aula estamos construindo?

As questões acima subsidiaram o debate do Grupo de Trabalho e resultaram em reflexões que diante das adversidades e da conjuntura atual e seus desafios a classe trabalhadora da educação realizou e continua realizando enfrentamentos, visíveis na construção e fortalecimento de espaços para a discussão e mobilização (construção do pré-ENE, participação em assembleias, movimentos sindicais e sociais entre outros).

Vale destacar, **nos últimos 30 anos a categoria docente foi uma das que mais se colocou à frente das lutas por direitos e conseguiu importantes vitórias no que diz respeito à correlação de forças entre os governo e os servidores públicos, isso se deu nacionalmente pela luta organizada dos trabalhadores tendo à frente a organização**

sindical empunhando bandeiras como a luta pelo piso nacional dos professores, os 10% do PIB para a educação pública, a luta pela política de fundos (Fundef e Fundeb), a elaboração de legislações progressista para o setor como a LDB, a lei de Ensino da cultura afro-brasileira e indígena, a elaboração do PNE de Sociedade Brasileira em contraposição ao PNE da agenda Nacional dos governos e dos organismos multilaterais. Foram pautas que aglutinaram os trabalhadores em educação em todas as regiões brasileiras e movimentaram a categoria docente na luta não só por salários, mas inserindo-a numa batalha maior em defesa da “*educação pública, gratuita de qualidade social*”.

Esse clima de lutas que motivou os educadores Brasil afora a lutarem por seus direitos, não foi indiferente aos professores da rede municipal de São Luís-MA que conseguiram dar importante salto na sua organização e experimentaram significativas melhorias nas condições de trabalho na primeira década desse novo século. Vale lembrar que nos anos 1980 e 1990 a rede municipal de educação de São Luís era praticamente marginal atendendo apenas alunos da educação infantil aos primeiros quatro anos do ensino fundamental (1º grau na época). Foi também no final desse período, a partir do sancionamento da lei 9.394/96, que instituía a responsabilidade dos municípios com o ensino fundamental e a forma de financiamento dessa etapa da educação básica via Fundef que a rede experienciou sua primeira expansão, **entretanto sob forte precarização** do trabalho docente, pois **grande parte dos novos docentes que vieram suprir a demanda da expansão da rede era contratada em regime “temporário”, portanto, sem formação adequada e com a baixíssima remuneração de um salário mínimo, cerca de R\$ 151,00 nos inícios dos anos 2000.**

Com a expansão da rede, os trabalhadores começam a ser organizar em sindicato. É no bojo dessas lutas que APMEP – Associação dos Professores do Magistério de São Luís vai se transformar no Sindeducação, um dos maiores e mais importantes sindicatos do Estado. Com essa ferramenta de luta os educadores se enfrentaram diversas vezes com o governo municipal e arrancaram diversas vitórias como a realização de concursos públicos em 2001, 2009 e 2016, a constituição de um estatuto do Magistério 2008, piso salarial, progressões horizontais e verticais, auxílio aos professores que trabalham na zona rural, ampliação de carga horária com o respectivo aumento salarial entre outras pautas econômicas. Mas o mais importante foi a resistência construída pelos professores em defesa da educação, da carreira docente e contra a precarização e a destruição da rede de ensino municipal que nos últimos dez anos tem sofrido um duro

ataque no qual várias conquistas como a melhoria das condições salariais, de trabalho e estudo negociadas com a categoria ao longo dos governos Jackson Lago (PDT) e Tadeu Palácio (PDT) foram praticamente destruídas pelas últimas gestões dos governos João Castelo (PSDB) e Edvaldo Holanda Jr. (PDT).

Atualmente, com a mudança na correlação de força entre as classes, com o avanço da agenda burguesa neoliberal, a categoria docente de São Luís está na defensiva das lutas, a precarização do trabalho docente através de contratos temporários e a destruição das escolas por falta de manutenção tem avançado a passos largos, a terceirização irrestrita dos funcionários das escolas é a marca aguda do último período, a violência contra alunos e professores dentro e nas imediações das escolas tem aumentado exponencialmente. Ser professor tem se tornado profissão de risco. **O Plano Municipal de Educação é um reflexo daquilo que tem se imposto nacionalmente: esvaziamento do pensamento crítico escolar e castração da liberdade de cátedra com um conteúdo ultraconservador e reacionário, nesse mesmo escopo estão em pautas projetos que visam aprofundar ainda mais esses ataques como o PL “Escola sem Partido” de autoria do vereador Francisco Carvalho (PSL) e o “Infância sem Pornografia” do vereador Ricardo Diniz (PHS), além disso, os professores municipais amargam 2 anos sem reajuste numa clara demonstração de como o governo municipal tem avançado sobre os direitos dos educadores municipais.**

Ainda a respeito de encontros realizados, com base nos dados publicados na Revista 30 anos do SINASEFE/2018, apresentamos um resumo das greves realizadas desde a década de 1980, que resultaram em muitas conquistas dos servidores públicos federais.

Em 1980 temos a primeira greve de professores, abrangendo 19 universidades e 7 escolas. Neste período ocorreu a publicação o Decreto-Lei nº 820 e o Decreto nº 85.487, estabelecendo um novo plano de carreira do Magistério Superior das Instituições Federais Autárquicas; reenquadramento dos docentes; reajuste de 35% para janeiro de 1981 e 35% cumulativos em abril, resultando em 82,25% de aumento para os professores.

Em 1981 nova frente de luta se constituiu, alcançando professores de 19 universidades e 5 escolas. As conquistas foram reposição salarial de 30% a partir de 01/01/1982; reenquadramento dos colaboradores; recuo do Governo Federal em transformar as universidades em fundações.

A greve de 1982 foi a primeira em que se obteve adesão dos técnicos administrativos. Os resultados conquistados foram o recuo do governo na implantação, por

meio de Decreto, do ensino pago nas universidades federais e da transformação das autarquias em fundações.

A greve de 1984 se encerrou sem nenhuma conquista imediata, sendo suspensa com o corte dos salários em 01/08/1984. Uma comissão de “alto nível” foi formada no Congresso Nacional para reabrir as negociações, revertendo punições. Em janeiro de 1985 os docentes tiveram uma reposição salarial de 20%, fruto do enfrentamento desta greve.

Em 1985 ocorreu a primeira greve no governo Sarney, com adesão de professores de 16 universidades e fundações. As principais conquistas obtidas: liberação de 60 bilhões de cruzeiros para as IFEs; elaboração de um novo Plano de Cargos e Salários que garantisse isonomia entre fundações e autarquias, a entrar em vigor até janeiro de 1986, o que foi descumprido pelo Ministério da Educação (MEC) devido ao diferenciamento de regimes jurídicos (com o novo Plano de Cargos e Salários, somente algumas categorias de docentes, em algumas fundações, tiveram um ganho superior a 50% em 1986).

Em 1989 ocorreu a primeira greve da história *do SINASEFE*, obteve-se a adesão de professores, técnico-administrativos e estudantes de 42 IFEs. As principais conquistas foram: reposição salarial de 30% aos Servidores Públicos Federais (SPFs) em geral, em maio de 1989; o Plano de Carreira dos docentes recebeu algumas alterações: o incentivo de Dedicção Exclusiva para os professores do 3º grau passou de 40% para 50% sobre o salário base, já para os docentes de 1º e 2º graus das IFEs, este percentual passou de 25% para 30%; a progressão horizontal da carreira passou de 4% para 5%; o governo autorizou a contratação, para o conjunto das IFEs, de 760 docentes e de 1.340 técnico-administrativos; reconhecimento do direito de aposentadoria especial.

A greve 1994 abrangeu professores e técnico-administrativos de 38 IFEs e demais SPFs, vinte e três seções sindicais do SINASEFE participaram do movimento. Pode-se destacar como principal conquista desta greve a legitimação do direito de greve no serviço público pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), desde que regulamentada pelo Congresso; nenhum ganho econômico.

Em 1995 ocorreu a primeira das cinco greves nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, com a adesão de cerca de 15 mil servidores das IFEs. Entre as principais conquistas foi afastada a possibilidade de privatização das IFEs; resgate do substitutivo do senador Cid Sabóia (PMDB-CE), que foi ao plenário do Senado Federal junto ao substitutivo do senador Darcy Ribeiro para aprovação da Lei de Diretrizes Bases de 1996.

Entre as principais conquistas da greve de 2000 podemos destacar a suspensão do projeto de autonomia do MEC para as universidades brasileiras; suspensão do envio ao

Congresso do Projeto de Emprego Público do Governo Federal; houve a inclusão da elevação da massa salarial na Lei de Diretrizes Orçamentárias. No ano de 2001, última greve neste governo, os técnicos administrativos conquistaram a retomada da GAE para os técnico-administrativos, com a sua incorporação integral ao vencimento básico.

A greve de 2005 foi a terceira greve do Governo Lula, e uma das maiores, durou 91 dias, aderiram 35 seções do Andes-SN, 41 sindicatos da Fasubra e 37 seções do SINASEFE. O Governo Federal, mesmo não atendendo ao conjunto das reivindicações dos servidores, por força da pressão dos trabalhadores e trabalhadoras da educação, acabou aumentando os recursos para melhorar os salários da categoria de R\$ 300 milhões para R\$ 600 milhões, e o estabelecimento dos percentuais de qualificação para os integrantes do PCCTAE; compromisso do governo de implantação de diversos Grupos de Trabalho (GTs).

No ano de 2006 ocorreu a primeira greve que o SINASEFE realizou sem adesão de outros Sindicatos da rede federal. Entre os resultados mais importantes destaca-se para os docentes: reajuste de 12% a partir de janeiro; criação da Classe Especial, incluindo aposentados, gerando um aumento de 18% em relação ao E4 (último nível da tabela); para os técnico-administrativos: segunda fase do PCCTAE; implementação dos percentuais de capacitação a partir de janeiro de 2006; implementação dos percentuais de qualificação a partir de julho.

Em 2011 ocorreu a primeira greve no governo Dilma, com a adesão do SINASEFE, FASUBRA e ANDES. Entre as principais conquistas destaca-se, o direito dos técnico-administrativos poderem ser reitores, pró-reitores e diretores gerais; a ampliação da concessão do regime de Dedicção Exclusiva; recomposição do Conselho Superior com a inclusão do SINASEFE representando os trabalhadores. A greve de 2014 foi uma das mais difíceis, foi encerrada por judicialização do governo Dilma.

A greve de 2016 foi iniciada pelas ocupações estudantis. Foi uma greve sem conquistas econômicas, mas obteve ganho político de articulação da força do movimento estudantil secundarista.

Em 2017 foram realizadas greves, contudo sem conquistas com base na pauta de reivindicações. Do ponto de vista político podemos apontar a rearticulação da unidade entre Centrais Sindicais para enfrentamento ao governo Michel Temer.

Diante do exposto, propõe-se a seguinte agenda de luta no campo da formação de trabalhadores da educação:

- Defender a formação profissional do professor que considere sua condição de trabalhador e não de missionário, de forma que a visão de coletivo se instaure com mais força;
- Retomar a formação política, filosófica, pedagógica dos trabalhadores da educação;
- Lutar por uma formação profissional consistente que contemple os estudos sobre a diversidade de gênero, étnica e inclusão de deficientes e dos que possuem necessidades especiais de aprendizagem, para os trabalhadores da educação e dirigentes sindicais;
- Trabalhar na construção da identidade de classe, a partir do fortalecimento dos coletivos de trabalhadores da educação;
- Planejar e organizar a construção de uma reação racional, e organização das frentes de luta;
- Resgatar de forma positiva o trabalho docente como constructo histórico, positivo e produtor de riqueza;
- Abrir canais de diálogo com o governo Flávio Dino que apresenta ações progressistas no contexto nacional;
- Desenvolver estudos e análise para a compreensão do protestantismo dentro do projeto conservador de educação (este é um conteúdo a ser priorizado);
- Promover discussões acerca da natureza do trabalho educativo e sobre quem realiza esse trabalho;
- Fortalecer as parcerias com todos os sindicatos de trabalhadores da educação das redes pública e privada
- Construir uma agenda comum com sindicatos, partidos e movimentos sociais para elaborar conteúdos e programas de formação política para trabalhadores da educação, a partir do primeiro semestre de 2019.
- Buscar parcerias com rádios comunitárias objetivando a criação de conteúdos de formação política;
- Construir estratégias discursivas para dialogar com a nova classe trabalhadora.
- Lutar pela implantação urgente de planos de cargos e carreiras docentes e funcionais, em todos os sistemas de ensino, que valorizem o tempo e a formação de trabalhadores/as em educação, tendo por referência o PSPN (Piso Salarial Nacional Profissional do Magistério Público).

EIXO 4: Gênero, sexualidade, orientação sexual e questões étnico-raciais

Os acordos e convenções internacionais estabelecidos na última década do século XX para a promoção dos direitos fundamentais como a educação, impulsionaram debates e estudos acerca de grupos e temas historicamente excluídos da agenda educacional do Brasil. **Os movimentos sociais de caráter identitário têm atuado de formas diversas para a promoção de políticas educativas que garanta, de fato a inclusão dos sujeitos em suas diversidades, na escola e nas universidades, garantindo o direito à educação em sua plenitude, dando visibilidade aos sujeitos por suas identidades de gênero, étnica, racial ou sexual.**

Como resultado desse processo, o Brasil experimentou nas duas últimas décadas algumas políticas de educação para a diversidade, a exemplo da lei 10.639/2003 que institui “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, tornou obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira”. Entretanto, ainda se está longe de aplicar a lei desde o ensino básico até o ensino superior.

As lutas pelo respeito às diferenças nos espaços educativos têm sido acompanhadas de lutas de grupos dominantes que tentam impor um padrão de sujeito e de comportamento como moralmente e politicamente aceitável, que se evidenciam em ações como a do Projeto Escola Sem Partido e outras ações de caráter conservador, racista, homofóbico e sexista. Observa-se na atualidade, propostas e movimentos conservadores que tentam excluir do currículo escolar a educação sexual, a abordagem de questões de gênero, a história e cultura afro-brasileira, a arte, que encontram reforço no atual governo.

Os movimentos sociais e sindicais atuam na defesa do respeito às diferenças de gênero, de orientação sexual, de raça/ etnia devem ser respeitadas e repudiam as iniciativas do governo atual e de organizações religiosas conservadoras que tentam descaracterizar as lutas dos movimentos sociais e reforçam a exclusão social e política baseada no gênero, na raça, na etnia e na orientação sexual dos sujeitos. Por outro lado, é importante lutar também contra as políticas de caráter assistencialista, que não promovem o protagonismo político, social e econômicos dos sujeitos que historicamente foram excluídos do acesso ao conhecimento. Se fez necessário considerar que a educação brasileira, historicamente, desconsiderou ou deixou em segundo plano a história dos povos negros e indígenas, afirmando uma narrativa da história do conquistador.

Nesse sentido, torna-se importante também observar que as questões relacionadas à diversidade de gênero, sexualidade, orientação sexual e questões étnico-

raciais se estabelecem no contexto das relações de opressão e exploração que envolvem as classes na sociedade capitalista. A exploração se caracteriza como a detenção de riquezas apropriadas pelo capitalista, e a opressão como estando no âmbito, também, da subjetividade, e situa-se no uso das diferenças que existem entre as pessoas para justificar uma relação de exploração. Seguindo essa caracterização conceitual, o racismo é inventado como ideologia com o desenvolvimento das navegações e a consequente inserção da Europa no circuito do tráfico negreiro. Assim, para justificar a exploração, os colonizadores construíram teorias pseudocientíficas que colocam outros povos em uma situação de inferioridade.

No estado do Maranhão, observa-se iniciativas, ainda tímidas, mas de grande significado político-pedagógico, como o primeiro curso de Estudos Africanos do país, iniciado pela Universidade Federal do Maranhão. A política de cotas para negros também se apresenta como uma importante medida para garantir o acesso de jovens e adultos negros na universidade. Observa-se ainda diversas iniciativas no campo da formação de professores da educação básica para trabalhar como tema da diversidade, bem como para a implementação da lei 10.639/2003. Destaca-se também a criação de setores na estrutura da gestão pública do governo estadual. **Porém, deve-se ressaltar que estes setores têm enfrentado limites jurídicos, financeiros, políticos e ideológicos para implementar políticas para a diversidade.** Registra-se na realidade maranhense um grande avanço de religiões neopentecostais, com agenda conservadora e de ataque à diversidade religiosa, em especial, às religiões de matriz africana e de partidos políticos ultraconservadores, que atuam fortemente contra as políticas educacionais para a diversidade e pra a inclusão de grupos minoritários.

A partir disso, os membros do GT discutiram estratégias que poderiam compor a agenda de luta dos movimentos sociais e sindicais integrantes do Pré-ENE:

- Propor à organização do ENE que o eixo 4 seja desdobrado em dois eixos para garantir a centralidade necessária para os dois temas – relações étnico-raciais e relações de gênero e sexualidade;

- Levar para o III ENE a proposta de mais cursos que tratam da formação de professores a partir da perspectiva dos Estudos Africanos, somando-se a isso a proposta de abertura de mais cursos de Estudos Africanos no Brasil, como o da Universidade Federal do Maranhão;

- Propor que as disciplinas de história afro-brasileira sejam obrigatórias nos currículos universitários;

- Quebrar a resistência para implementação da lei 10.639/2003 no ambiente escolar e trabalhar sua forma de implementação também considerando o reconhecimento étnico;
- Pensar na disseminação das discussões abordadas no grupo não apenas no espaço universitário, mas também na confecção de oficinas a serem realizadas em diversos locais;
- Fomentar a formação dos professores no âmbito universitário e no âmbito das escolas para trabalhar com os temas da diversidade ético-racial, da educação sexual e das relações de gênero.

Eixo 5- Gestão e organização do trabalho escolar

O GT discutiu a importância da constituição histórica das políticas educacionais geradas pelo processo de redemocratização do país, no qual a transição de governo foi compactuada com militares e resultou em uma ausência de punição dos ditadores. Dessa forma, só foi possível se pensar em uma discussão da herança militar danosa à sociedade brasileira a partir do governo Lula, que representou uma real quebra com o passado militar, e a criação da comissão da verdade. Foi na IV Conferência Brasileira de Educação, que ocorreu em Goiânia e culminou na Carta de Goiânia, que se produziram as principais contribuições no que tange à área da educação para a Constituição de 1988. Tais determinações previam a necessidade de uma educação democrática que ia de encontro com as práticas educacionais militares, possibilitando a participação da sociedade civil e incluiu, conseqüentemente, a possibilidade de eleições diretas para gestores escolares.

O retorno de uma ideologia militarista e a instituição de um governo de caráter conservador que apresenta discursos que demonstram grandes ameaças às conquistas sociais e educacionais, inclusive por declarações que indicam a possibilidade de que reitores indicados pela presidência assumam na frente dos candidatos mais votados, de forma que a impossibilidade de escolha dos representantes institucionais seria um intangível retrocesso da gestão democrática da educação básica, da educação superior e das escolas.

Assim, torna-se imprescindível a discussão sobre qual será a voz para contrapor o projeto educacional retrógrado, que já se vê por iniciativas como o *Projeto escola sem partido* e como se pode garantir a democratização das escolas e da sociedade em geral?

A partir do debate realizado, o GT propõe a seguinte agenda de luta por um projeto classista e democrático de educação:

- Defender, nos diversos espaços de luta política e de formação, a gestão democrática das instituições de ensino, em todos os níveis e esferas governamentais;
- Promover debates para pensar as formas e estratégias de **gestão democrática** da educação brasileira;
- Ampliar a participação dos sindicatos no processo de formulação e implementação das políticas educacionais, tanto no poder legislativo quanto executivo.
- Organizar uma frente de luta em defesa da democracia na educação, como mobilização permanente de docentes, discentes, pais e gestores educacionais;
- Organizar um debate com o Conselho Estadual de Educação e o Fórum Estadual de Educação para avaliar e propor ações de democratização das tomadas de decisão sobre as políticas educacionais.
- Lutar em defesa da manutenção e do aperfeiçoamento democrático dos diversos conselhos e fóruns de controle social da educação.

Eixo 6- Organização da classe trabalhadora

A exposição sobre o tema partiu com a leitura da ementa proposta pelo “Documento Orientador” do III ENE, destacando o significado do tema para “Um projeto classista e democrático de educação” que considere as necessidades e interesses da classe trabalhadora. O debate foi desenvolvido em torno de dois recortes do tema: 1) Identificação dos principais problemas para a organização política da classe trabalhadora e 2) Desafios para as estratégias e táticas na organização e luta dos trabalhadores no enfrentamento de combate do desmonte da educação pública.

No primeiro item, destacou-se a questão da identidade de classe, como uma questão fundamental na organização da classe trabalhadora. Lembrou que essa questão é histórica, mas na atual fase do desenvolvimento do capitalismo, foi agravada com a flexibilização das relações de produção e de trabalho, em um movimento que aprofunda a fragmentação da classe trabalhadora e coloca desafios novos para a organização e luta dessa classe em todo o mundo, exigindo atenção à especificidade no Brasil, considerando em particular a situação que vem se configurando desde o golpe de Estado de 2016, com retrocessos na vida social e perdas de conquistas que pareciam asseguradas.

Para uma análise crítica da organização da classe trabalhadora na luta por educação pública foi ressaltada a importância da compreensão dessa luta como resultado da luta entre as classes fundamentais da sociedade - proprietários dos meios de produção versus

trabalhadores, dominantes versus dominados, opressores versus oprimidos. Nesse sentido, apontou-se o processo Constituinte que culminou com a Constituição de 1988, como um referencial indispensável na periodização de análise: a) da atual situação de retrocessos e perda de direitos conquistados pela classe trabalhadora ao longo da história, em particular no concernente à educação; e b) sobre os desafios, estratégias e táticas para a organização da classe e da luta em defesa da educação pública, considerando o referido processo desde as eleições de 1986, quando várias forças da sociedade reivindicaram uma “Constituinte Exclusiva”, mas a proposta foi derrotada pelas forças sociais que defendiam a “Constituinte Congressional”. Entende-se, assim, que a Constituinte foi um campo de batalha entre as classes e frações das classes com intensiva atuação de grupos organizados que tentavam exercer influência junto aos parlamentares constituintes, em torno de seus respectivos interesses, em particular no referente à educação, cuja comissão contou com a participação ativa de vários deputados progressistas, dentre os quais o Deputado Federal Constituinte Prof. Florestan Fernandes. A classe dominante e as forças conservadoras saíram do processo Constituinte bastante insatisfeitas, diante da tendência que marcou a Constituição de 1988, razão de ser chamada “Constituição Cidadã”, profundamente atacada, desde o primeiro momento depois de sua promulgação. No pós Constituinte a luta continuou entre as forças conservadoras, reacionárias e as forças progressistas: enquanto o primeiro grupo buscava o retrocesso, o segundo buscava consolidação das conquistas e avanços em relação a estas e para além delas. Concluiu-se que no atual momento de avanço do conservadorismo reacionário, a “Constituição Cidadã” é um instrumento importante de luta contra os retrocessos já em curso e com indicações claras de aprofundamento.

No caso da educação, especificamente, enfrenta-se o avanço crescente e avassalador do ensino privado, iniciado no Brasil com o sucateamento das escolas públicas de ensino fundamental e médio que, em um movimento já antigo na sociedade brasileira, empurrou a classe média para as escolas privadas, incluindo-se aí, as escolas confessionais; essa classe afasta-se, assim, da pauta de defesa da escola pública, antes frequentada nesses níveis de ensino, inclusive por segmentos da elite dominante, e adere ao projeto de mercantilização da educação. Um movimento semelhante ocorre na atualidade em relação ao ensino superior, com o aval do Estado e, como ocorreu no ensino fundamental e médio, novamente com o protagonismo da classe média, hoje profundamente crítica à universidade pública.

Com o acirramento da luta de classes e a agudização dos problemas da educação que já eram complexos e graves antes do golpe de 2016, os desafios para a organização e a luta da classe trabalhadora tornam-se ainda mais difíceis, após a eleição de 2018 que elegeu

um presidente de extrema direita, com viés nazifascista, e também um Congresso majoritariamente de extrema direita, cuja vitória, não por acaso, é seguida de uma grande visibilidade ao projeto *Escola sem partido* com tentativas de aprovação em várias unidades da federação e municípios. Enfrentar esses desafios requer consciência crítica dos dirigentes e militantes das entidades de organização das lutas sobre a complexidade do movimento das classes sociais em relação à educação, na atual fase do capitalismo; essa consciência é fundamental na definição de estratégias e táticas adequadas à organização dos trabalhadores e das trabalhadoras da educação em articulação com as entidades de organização dos estudantes e também com o conjunto da classe trabalhadora, consciente da identidade de uma classe que na sociedade capitalista é a maior interessada pela educação pública, ainda que esta seja universal. Para essa articulação devem ser consideradas as formas clássicas de organização das classes, como sindicatos e partidos políticos, com destaque à classe trabalhadora para as quais, além das formas clássicas de organização, também são importantes as mais diferentes formas de articulação e organização, ainda que as formas clássicas continuem muito importantes, apesar da crise que as atingiu, a partir da consolidação da ideologia neoliberal no mundo e da flexibilização das relações de produção e de trabalho, em particular nos países onde essas formas de organização foram mais fortes, a exemplo da Europa. Assim, continua muito importante a organização da classe trabalhadora em sindicatos e também em partidos políticos em cuja organização é imprescindível a formação política dos dirigentes e da massa dos trabalhadores, tendo no centro da estratégia a questão da identidade de classe e a necessidade histórica de emancipação dessa classe, mas também de toda a humanidade. Nesse aspecto, destacou-se as experiências de organização da classe trabalhadora em partidos políticos no Brasil, através dos partidos de esquerda, em particular do PT, como um partido nascido das lutas dos trabalhadores e populares que chegou ao poder do Estado e, desde o golpe de 2016, vem sendo profundamente atacado pelo conservadorismo reacionário, através de um amplo movimento de ódio ao partido, chamado de “antipetismo” que, embora se apresente como anti-PT é, efetivamente, contra: os direitos mínimos conquistados pelos trabalhadores ao longo da história; as lutas e conquistas ético-raciais e de gênero; os avanços civilizatórios da sociedade brasileira e as conquistas do Estado Democrático de direito, como os “direitos humanos”; é, de fato, contra toda a esquerda e centro-esquerda na medida em que, em última instância empunha a bandeira de combate ao comunismo, daí a fixação no combate a Cuba e a Venezuela, e tudo que lhe pareça assemelhado ao comunismo.

O cenário atual reflete as lutas, as conquistas alcançadas e as derrotas ao longo dos últimos anos. A escola vive o afloramento de questões existentes na sociedade, principalmente depois do golpe de Estado de 2016 e coroadas nas eleições de 2018. Assim, há a exaltação de expressões fascistas, com forte teor moralista e enfrentamento sem disfarce de alunos em sala de aula. Ter um reacionário no poder também empodera as manifestações de ódio e preconceitos que vinham sendo contidos ou disfarçados por políticas públicas inclusivas. Observa-se um engessamento das escolas: falta de espaço, tempo e energia para construir lutas e organização da classe trabalhadora. As lutas estão se dando mais pelo viés do economicismo, que visam garantir salários e jornadas de trabalho, enquanto, as demais bandeiras de lutas vêm sendo cerceadas e distorcidas.

As entidades organizativas da classe trabalhadora travaram diversas lutas nas três últimas décadas em defesa dos seus direitos, entre elas destacam-se as diversas iniciativas na defesa da escola pública, encampadas fortemente pelo Fórum em Defesa da Escola Pública, tanto no âmbito nacional quanto estadual. Registra-se também as diversas iniciativas da classe trabalhadora em defesa do respeito às diversidades, sobre as questões de gênero, grupos religiosos dentro das escolas e o debate da laicidade e conflito com a possibilidade de livre expressão (pluralismo e não-imposição de ideias).

Diante do contexto atual, os participantes do Pré-ENE afirmam a luta pela defesa de um Projeto Classista e Democrático e propõem como plano de luta no campo da organização da classe trabalhadora:

- Lutar pela promoção de uma educação que, em uma relação de liberdade de pensamento, forme a consciência crítica de alunos e alunas sobre a sociedade capitalista, a luta de classes e a necessidade histórica da emancipação da classe trabalhadora e de toda a humanidade, e na qual o conteúdo curricular adequado à realidade dos alunos.

- Construir uma estratégia de formação política para dirigentes de entidades de organização de professores e professoras, mediante a articulação dessas entidades e destas com outras entidades de organização do conjunto desses dos trabalhadores, como forma de combater o corporativismo.

- Lutar junto com o movimento indígena pela garantia de escola destinada à população indígena que garanta o respeito à especificidade dessa população.

- Organizar uma agenda de diálogo com os professores para a importância da sindicalização e da participação ativa nos sindicatos, ampliando a luta coletiva da categoria docente.

- Trabalhar pela unificação das lutas em torno de bandeiras importantes como a educação pública, gratuita, de qualidade e laica, convocando o conjunto da sociedade com vistas a fortalecer a luta por meio de objetivos comuns.

EIXO -7 Trabalho na educação e condições de estudo

Os principais pontos enfatizados pela exposição inicial e referendados pelo debate acerca das formas de precarização do trabalho docente na atualidade, destacaram as estratégias de fragmentação do coletivo, como por exemplo, a implementação de práticas competitivas e de auto superação para realização de metas cada vez mais inalcançáveis. Outro ponto apontado como emergente no cenário atual, são as “novas formas de contratação” que representam uma intensa fragilização dos vínculos de trabalho. A esse respeito, foram citados dois exemplos, o dos professores “Uberizados”, aqueles professores temporários contratados via aplicativo e sujeitos a mesma dinâmica de trabalho dos serviços oferecidos em aplicativos. O outro exemplo refere-se a um leilão de professores, ocorrido em uma região da grande Florianópolis, onde os professores ofereciam sua força de trabalho em lances para competir a uma vaga de trabalho.

Um fator que tem contribuído para a precarização do trabalho docente é o incentivo, cada vez mais crescente, do trabalho voluntário nas escolas, em especial em áreas do conhecimento como Educação Física e Artes. Tais estratégias, geralmente travestidas de parcerias entre o setor público e o setor privado, acabam por substituir a mão de obra do profissional habilitado para o exercício da função docente e, acarretam em ensino sem qualidade, comprometendo a aprendizagem dos(as) educandos(as).

Ainda na fala inicial foram feitos apontamentos sobre a necessidade de enfrentamento dos ataques atuais à educação pública, com reflexos diretos ao trabalho docente, como exemplo disso, está o projeto para cobrança de mensalidade nas universalidades públicas.

No contexto da educação superior destaca-se como elemento do trabalho docente precarizado, o grande número de professores, sobretudo na educação privada, submetidos a contratos em condições precárias, derivados da lógica dos grandes conglomerados de empresas de educação que chegaram ao Maranhão e estabeleceram a dinâmica do trabalho hipermonitorado, ou seja, o professor é vigiado e controlado o tempo todo pela organização do trabalho, o que culmina na ausência de autonomia dos professores.

Diante do contexto atual em que avançam e se diversificam as estratégias de precarização do trabalho docente, os participantes do GT-7 propõem a seguinte agenda de luta:

- Promover mais espaços de reflexão sobre os efeitos anestésicos da morfologia atual do mundo do trabalho na subjetividade do trabalhador que passa a naturalizar o isolamento no trabalho.

- Articular os sindicatos e movimentos sociais e aproximá-los para maior mobilização e resistência ao projeto hegemônico de precarização do trabalho na educação e em geral.

- Combater jurídica e politicamente a precarização via contratos de trabalho, a exemplo do uso de aplicativos; editais de leilão e contrato de trabalho voluntário.

- Mapear por meio de pesquisas científicas as diferentes formas de contratação dos profissionais da educação da educação no Brasil.

- Promover atividades de formação política abertas a sociedade por universidades e sindicatos.

- Lutar contra políticas educativas aparentemente positivas, mas que resultam na precarização do trabalho do professor, a exemplo da Residência pedagógica e do Mais alfabetização.

- Aproximar o movimento sindical das comunidades tradicionais em favor das lutas sociais.

EIXO 8- Universalização da educação, acesso e permanência

A garantia de educação para todos é assegurada na Constituição de 1988 e na LDB nº 9.394/1996 e tem se constituído luta dos movimentos sociais e sindicais que atuam no campo da educação. A partir da década de 1990, o Brasil tomou diversas iniciativas para universalizar o acesso ao ensino fundamental. No entanto, só recentemente, a legislação definiu a obrigatoriedade do acesso à Pré-Escola e ao ensino médio. Em que pese a determinação legal, as ações para o seu cumprimento ainda são tímidas. Além disso, o acesso também ainda não está organizado da maneira devida, por exemplo, existem muitos alunos com grande defasagem série-idade. No Ensino Médio, existe ainda uma grande defasagem do acesso à educação com qualidade e dentro do prazo adequado. É notório o grande número de estudantes na faixa etária de 18 a 24 anos que se encontra sem concluir o Ensino Médio.

Na educação superior, programas como o Reuni e o Prouni incidiram no aumento da quantidade de vagas, mas as políticas de assistência não dão conta das demandas advindas da expansão. Além disso, a expansão da oferta do ensino superior se deu principalmente pela oferta privada. Assim, observa-se a necessidade de pensar as políticas de democratização da Educação não somente quanto ao acesso, mas também quanto a permanência com foco na qualidade dessa educação. O que se tem observado é que as políticas de permanência não são pautadas nas condições e na diversidade dos alunos(as). Em relação ao ensino superior a defasagem idade-série aumenta, principalmente quando fazemos os recortes de classes e etnias. Além disso, existe um número de evasão muito grande nas universidades.

No que se refere à realidade local, observa-se que a maior problemática de acesso e permanência se localiza nas áreas rurais do estado. **Dados do Censo Escolar de 2017 mostram que no Maranhão não existe oferta de Ensino médio no campo em 72 municípios. Além disso, nas escolas do campo é que se observam as piores condições de oferta da educação básica. Os dados do Censo Escolar de 2017 mostram que apenas 25% das escolas dispõem de água encanada; 11% possui computador e nenhuma escola do campo dispões de laboratório de ciência. Na educação superior também se observa um percentual alto de alunos que se formam nas licenciaturas e que atuam fora de sua área de formação. Tal realidade se acentua devido ao não incentivo ao trabalho, a irregular distribuição de horários e a otimização do professor para mais de uma disciplina, configurando novas formas de exploração do trabalho.**

Diante do cenário, o GT propõe a seguinte agenda de luta para um projeto classista de educação visando o acesso e a permanência na educação com qualidade socialmente referenciada:

- Pensar a reforma do ensino médio que busca instrumentalizar o sujeito, e discutir um enfrentamento a esse projeto de mercantilização da educação.
- Lutar pelo desenvolvimento de políticas que garantam o acesso a uma aprendizagem de qualidade, que se contraponha ao currículo instrumental focado nas competências e habilidades.
- Defender as políticas de ações afirmativas e desenvolver estratégias de acompanhamento que minimizem ou mesmo eliminem as fraudes nas políticas de ações afirmativas.

- A evasão escolar é uma realidade a ser encarada, estudada e encaminhada, devendo envolver os órgãos da educação como também aqueles de defesa dos direitos da criança e do adolescente e órgãos de garantia de direitos.

ENCAMINHAMENTOS E PROPOSIÇÕES PARA O III ENE

1. Incluir um eixo específico para tratar da educação das pessoas com deficiência

A discussão da educação das pessoas com deficiência está historicamente invisível nos debates dos movimentos sindicais e movimentos sociais do campo progressista. O argumento teórico a esta questão é dado a partir do fundamento que o debate de classe permeia todas as discussões das modalidades (educação indígena, educação especial, educação étnica e de gênero). No entanto, é notório em nossos espaços de lutas que este tema não ganhou destaque ou não obteve devido valor nas nossas pautas reivindicatórias. Precisamos avançar, é urgente. O presidente eleito em 2018 entrou para história como o primeiro a trazer para as eleições um intérprete de libras presencialmente e considerando que a esposa do próximo presidente trabalha nas igrejas com projetos que envolvem a comunidade surda, nós dos movimentos do campo progressista, já refletimos sobre isto? Qual educação inclusiva e democrática estamos construindo? Na base do SINASEFE, temos filiados ao INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos) e desde o primeiro ENE, temas que contemplem o debate sobre questões que propomos neste novo GT não tem sido garantidas nas programações. Se os companheiros desta base sindical não se enxergam nos ENEs, como poderão manifestar interesse em participar? Nas Universidades e Institutos Federais os Intérpretes de Libras estão enquadrados como técnicos em nível médio, eles reivindicam há muito tempo outro plano de carreira.

Ainda sobre a proposta deste novo eixo devemos estar atentos que neste momento a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva está sendo revista e ameaçada. Nesta revisão, a proposta dada é que os alunos com necessidades especiais retornem às classes e escolas especiais em parcerias com a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) e outras instituições filantrópicas e privadas. O avanço que estávamos conquistando ainda que vagarosamente era a matrícula de inclusão dos alunos em salas regulares, este movimento é percebido de modo crescente nos relatórios estatísticos. De acordo com os dados do Censo Escolar em 1998, 13% das pessoas estavam incluídas em classes comuns na educação básica e em 2014, 79% dessas pessoas estavam em classes comuns. O aumento nesse período foi de 66% (Dados do Censo Escolar). Esta

proposta de matrículas em salas especiais e instituições privadas e filantrópicas foi muito combatida na década de 1990 quando do início do debate da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394 de 1996. É urgente que o III ENE considere este debate como um Eixo importante para avançarmos em direção a uma educação democrática e classista a todos e todas.

2 - Retomada do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública

O Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública no Maranhão ocupou importante papel na defesa da educação pública, laica, gratuita e de qualidade, realizando estudos e debates que contribuíram para importantes conquistas no campo das políticas públicas em âmbito estadual e nacional. No contexto atual de ataques à educação pública democrática e de proposições mercantilistas e privatistas da educação, os participantes do Pré-ENE Maranhão propõem a reativação do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública, como espaço permanente de mobilização, articulação e luta dos diferentes sujeitos políticos comprometidos na defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade.

Para tanto, deliberou-se manter a mesma comissão de entidades organizadoras do Pré-ENE para realizarem a primeira reunião, no dia 11/12/2018, com essa pauta e assim, tomar os encaminhamentos quanto a reativação do Fórum. Deliberou-se ainda que o Fórum se articule ou incorpore á Frente Escola Sem Mordça.